

Alerta Legislação nº 14, de 30 mar. a 04 abr. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 944, DE 3 DE ABRIL DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#), e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#)

LEI Nº 13.984, DE 3 DE ABRIL DE 2020

Altera o art. 22 da [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.930, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, pela pessoa física residente no Brasil.

(...)

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º **A Declaração de Ajuste anual deve ser apresentada no período de 2 de março a 30 de junho de 2020**, pela internet, mediante a utilização:

(...)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO
DOU**

SUPERIOR

<p>04/04/2020 Edição extra</p>	<p>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 945, DE 4 DE ABRIL DE 2020 Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.</p> <p>DECRETO Nº 10.312, DE 4 DE ABRIL DE 2020 Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.</p>
<p>03/04/2020</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 944, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 943, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica.</p> <p><u>LEI Nº 13.984, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.</p> <p><u>LEI Nº 13.983, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020. Mensagem de Veto.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.311, DE 3 DE ABRIL DE 2020 (RETIFICADO)</u> Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.307, DE 2 DE ABRIL DE 2020</u> Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece a utilização do <i>Building Information Modelling</i> na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do <i>Building Information Modelling</i> - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.</p>
<p>01/04/2020</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência</p>

	<p>de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.305, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.304, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a exclusão da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar do Programa Nacional de Desestatização.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.302, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.</p>
<p>31/03/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 10.298, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Institui o Conselho Nacional de Secretários de Transportes.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.297, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a inclusão do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. no Programa Nacional de Desestatização.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO CONJUNTO DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2020</u> Dispõe sobre o regime de tramitação, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de medidas provisórias durante a pandemia de Covid-19.</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral Federal (PGF) <u>PORTARIA Nº 158, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).</p> <p>CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA Nº 158, DE 31 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da</p>

	<p>Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</p>
<p>Ministério da Cidadania</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 340, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Estabelece medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito das Comunidades Terapêuticas.</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL → Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO Nº 724, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u> Aprova a Norma para implantação e acompanhamento de liberdade tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, modalidade Longa Distância Nacional.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 133, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.792, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas, disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica e estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento, transferência de controle societário, reorganização societária e cancelamento da autorização dessas instituições.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.791, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.790, DE 26 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário.</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF <u>CIRCULAR Nº 898, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2020, e dá outras providências.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 897, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS referente às competências março, abril e maio de 2020, diferimento dos respectivos valores sem incidência de multa e encargos, regularidade do empregador junto ao FGTS e dá outras providências</p>

	<p>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM <u>DELIBERAÇÃO Nº 849, DE 31 DE MARÇO DE 2020</u> Estabelece o prazo para apresentação, pelas companhias abertas, de informações com vencimento no exercício de 2020 e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.930, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, pela pessoa física residente no Brasil. (...) Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 7º A Declaração de Ajuste anual deve ser apresentada no período de 2 de março a 30 de junho de 2020, pela internet, mediante a utilização:</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>RESOLUÇÃO Nº 451, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> (...) Art. 1º Definir critérios para estabelecimento anual da ordem de prioridade para instrução de processos de novação do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.</p> <p>→ Comitê Gestor do Simples Nacional <u>RESOLUÇÃO Nº 154, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.</p> <p>→ Secretaria do Tesouro Nacional → Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a vedação da concessão de garantia da União a operações de crédito cujos contratos de financiamento prevejam vencimento antecipado por inadimplência cruzada (<i>cross-default</i>) com contratos sem garantia da União ou as operações de crédito interno e externo cujos contratos não vedem expressamente a possibilidade de securitização.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE <u>PORTARIA Nº 143, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Estabelece o formato para Declaração de informações referente à receita líquida obtida com a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado; e revoga a Portaria MMA nº 165, de 28 de maio de 2018.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 359, DE 27 DE MARÇO DE 2020</u></p>

	<p>Institui o Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (DIFA) e a Carta de Adequação de Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (CADIFA).</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 347, DE 17 DE MARÇO DE 2020 (*)</u> Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
04/04/2020	<p><u>DECRETO Nº 64.919, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece as medidas de segurança contra incêndio em unidades de atendimento médico de caráter temporário, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo COVID-19 (Novo Coronavírus) e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.918, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a redação do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.917, DE 3 DE ABRIL DE 2020</u> Suspende os prazos processuais que especifica</p>
02/04/2020	<p><u>DECRETO Nº 64.903, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Altera o Decreto nº 45.802, de 14 de maio de 2001, que regulamenta a Lei nº 10.549, de 11 de maio de 2000, que institui o Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, substitui as normas que disciplinam o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 64.902, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Regulamenta o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011, que dispõe sobre o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar e dá outras providências</p>
01/04/2020	<p><u>DECRETO Nº 64.898, DE 31 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre a gestão de contratos de prestação de serviços contínuos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, durante a vigência do estado de calamidade pública da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus)</p> <p><u>DECRETO Nº 64.897, DE 31 DE MARÇO DE 2020</u> (Retificado) Autoriza o funcionamento extraordinário das unidades do Restaurante Popular, instituído pelo Decreto nº 45.547, de 26 de</p>

	<p>dezembro de 2000, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p>
<p>31/03/2020</p>	<p><u>LEI Nº 17.260, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> (Projeto de lei nº 961, de 2019, do Deputado Tenente Nascimento – PSL) Dispõe sobre a criação do programa da Polícia Militar “Patrulha Maria da Penha”, que visa ao monitoramento da segurança das mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de São Paulo</p> <p><u>DECRETO Nº 64.896, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Integra no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo – SUS/SP, para fins de atribuição da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde – GDAPAS, e da Gratificação Especial de Suporte à Saúde – GESS, a unidade de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 64.891, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Dispõe sobre o atendimento de necessidade inadiável de alunos da rede pública estadual de ensino em situação de pobreza ou de extrema pobreza, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Administração Penitenciária (SAP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP-50, DE 1º-4-2020</u> Fixa contingentes de Agentes de Segurança Penitenciária a serem beneficiados com a Gratificação Especial de Suporte à Saúde – GESS, nas unidades que especifica</p>
<p>Casa Civil (CC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO Nº 9, DE 4 DE ABRIL DE 2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020.</u> Torna sem efeito em todas as Secretarias publicadas a Deliberação nº 8, de 3 de abril de 2020, deste Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, de que trata o Artigo 3º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020. Palácio dos Bandeirantes, 4 de abril de 2020 SECRETARIA DE GOVERNO SECRETARIA DA SAÚDE SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</p> <p><u>DELIBERAÇÃO 8, DE 3-4-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE</u></p>

TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.864-2020

Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual:

I – a medida de quarentena instituída pelo [Dec. 64.881-2020](#), não se aplica:

- a) às atividades internas de escritórios de advocacia ou contabilidade, com fechamento do ingresso do público ao seu interior, ressalvado o acesso dos clientes;
- b) ao funcionamento de prédios comerciais, sem prejuízo de eventuais restrições específicas incidentes sobre suas unidades;
- c) a estabelecimentos comerciais de peças e acessórios para veículos automotores;

II – o Comitê reitera, nos termos, respectivamente, dos itens II, “b”, e I de suas Deliberações 2, de 23-3-2020, e 7, de 1º-4-2020, que a medida de quarentena não atinge a manutenção de serviços de entrega (“delivery”) e “drive thru” por estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço.

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-2, DE 2-4-2020

Altera os Anexos I, II e VI da Resolução Conjunta CC/SG/SFP-7, de 3-12-2019, que dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria da Segurança Pública, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a [LC 1.245-2014](#), no exercício de 2019, e dá providências correlatas

DELIBERAÇÃO 7, DE 1º-4-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.864-2020

Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual:

I – o Comitê esclarece que, nos termos do item 2 do § 1º do art. 2º do [Dec. 64.881-2020](#), consideram-se supermercados e congêneres os estabelecimentos responsáveis por atividade essencial de venda de gêneros alimentícios, com os quais se garantem a segurança alimentar e a saúde da população, facultada, em relação aos demais estabelecimentos, a manutenção de serviço de entrega (“delivery”).

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DELIBERAÇÃO 6, DE 30-3-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19, DE QUE TRATA O ART. 3º DO DEC. 64.864-2020

Deliberações como medidas de prevenção no âmbito da Administração estadual:

	<p>I – bares, lanchonetes, padarias e restaurantes localizados no interior de postos de combustíveis e derivados podem atender ao público mediante serviços de entrega (“<i>delivery</i>”), “<i>drive thru</i>” e venda presencial, observadas as recomendações das autoridades sanitárias e vedado, unicamente, o consumo no local;</p> <p>II – estabelecimentos comerciais de assistência técnica de produtos eletroeletrônicos não estão atingidos pela medida de quarentena determinada pelo Dec. 64.881-2020.</p> <p>SECRETARIA DE GOVERNO SECRETARIA DA SAÚDE SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</p>
<p>Desenvolvimento Regional (SDR)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDR-26, DE 26-3-2020</u> Dispõe sobre a suspensão dos prazos previstos para a Avaliação de Desempenho Individual, instituída pelo</p>
<p>Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS-8, DE 31-3-2020</u> Dispõe sobre as alterações na deliberação que estabeleceu os critérios para a concessão e o cofinanciamento dos benefícios eventuais</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDS - 8, DE 1º-4-2020</u> Estabelece normas complementares em atendimento ao Decreto Estadual 64.897, de 31-03-2020 (*) <i>(*) Autoriza o funcionamento extraordinário das unidades do Restaurante Popular, instituído pelo Decreto n. 45.547, de 26 de dezembro de 2000, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas.</i></p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-40, DE 3-4-2020</u> Regulamenta o Decreto 64.891, de 30 de março de 2020, que dispõe sobre o atendimento de necessidade inadiável de alunos da rede pública estadual de ensino em situação de pobreza ou de extrema pobreza, no contexto da pandemia COVID19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-38, DE 3-4-2020</u> Institui o Programa Aprender em Casa, de apoio aos estudos dos alunos no período de suspensão das aulas em decorrência da necessidade de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-39, DE 3-4-2020</u> Inclui dispositivo na Resolução SE 65, de 9-12-2019, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2020</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-36, DE 2-4-2020</u> Autoriza, temporariamente e em caráter excepcional, visando</p>

	<p>assegurar as condições necessárias ao efetivo e ininterrupto trabalho na Secretaria da Educação, a transformação de processos físicos em processos eletrônicos no âmbito do Programa SP Sem Papel</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC-34, DE 31-3-2020</u> Altera dispositivos da Resolução Seduc 28, de 19-03-2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e à transmissão do Covid-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Secretaria da Educação, em complementação àquelas previstas no Decreto 64.864/2020</p>
<p>Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SFP/PGE - 1, DE 2-4-2020</u> Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas emitidas pela Sefaz/PGE</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00005, DE 27-03-2020</u> O Coordenador da Coordenadoria da Administração Financeira resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de MARÇO/2020 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-04-2020 - Celetistas; Dia 07-04-2020 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado - DFE transferirá os recursos financeiros aos Órgãos do Poder Executivo, incluídas a Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Portaria CAF-G 00027, de 02-10-2017. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 07-04-2020. Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>COMUNICADO CAT 05, DE 31-03-2020</u> O Coordenador da Administração Tributária declara que as datas fixadas para cumprimento das OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS, do mês de ABRIL de 2020, são as constantes da Agenda Tributária Paulista anexa.</p> <p>→ Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento <u>COMUNICADO DICAR-28, DE 01-04-2020</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de março de 2020.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-27, DE 01-04-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-04-2020 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.</p>

	<p><u>COMUNICADO DICAR-26, DE 01-04-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-04-2020 para os débitos de ICMS.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-25, DE 01-04-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-04-2020 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-24, DE 01-04-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-04-2020 para os débitos de Taxas.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-23, DE 01-04-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-04-2020 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-22, DE 01-04-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-04-2020 para os débitos de ITCMD e de IPVA.</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO DRS 01, DE 02-04-2020</u> Disciplina a recepção virtual dos pedidos de habilitação de pensão e de liberação de pagamento civil e militar e de outros expedientes e fluxos que vierem a ser disciplinados posteriormente para o atendimento virtual de expedientes</p> <p><u>PORTARIA SPPREV 130, DE 31-03-2020</u> Dispõe sobre a suspensão das atividades na São Paulo Previdência, nos termos do Decreto 64.879 de 20-03-2020</p>
<p>Governo (SG)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) <u>PORTARIA ARTESP-40, DE 2-4-2020</u> Dispõe sobre medidas urgentes de flexibilização de obrigações regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do Coronavírus – Covid-19 -, no âmbito do transporte público coletivo intermunicipal de passageiros regular de característica rodoviário e suburbano; fretamento e estudantes do Estado de São Paulo</p>
<p>Justiça e Cidadania (SJC)</p>	<p>FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) <u>PORTARIA NORMATIVA - 64, DE 31-3-2020</u> Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 45, DE 3-4-2020</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do Município de São Paulo, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Covid-19, (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SS - 44, DE 2-4-2020 (REPUBLICADA)</u> Cria, na Secretaria da Saúde, a Comissão de Avaliação das doações de bens e materiais a serem utilizados na prevenção e combate ao Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-43, DE 1º-4-2020 (REPUBLICADA)</u> Regulamenta, no âmbito do Estado de São Paulo, o fluxo para o diagnóstico do novo coronavírus – COVID-19, indica os laboratórios integrantes, e dá providências correlatas <i>(Republicada por incorreções)</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-42, DE 30-3-2020</u> Estabelece a obrigatoriedade, a todos os hospitais públicos e privados do Estado de São Paulo, de envio de dados, diariamente, referentes aos casos suspeitos e confirmados de Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM-38, DE 31-3-2020</u> Plano de operação monitorada dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros gerenciados pelo Estado de São Paulo, para prevenir a propagação do novo Coronavírus</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-07, DE 31-3-2020</u> Altera a Deliberação Consu-A-29/2019, que autoriza a constituição do Fundo Patrimonial da Unicamp</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-06, DE 31-03-2020</u> Altera a Deliberação Consu-A-32/2017 que dispõe sobre os sistemas de ingresso aos cursos de Graduação da Unicamp</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-03, DE 31-3-2020</u> Dispõe sobre a reposição de vagas e recursos ao Quadro de Vagas dos Docentes, Servidores Técnico-Administrativos e Pesquisadores da Universidade e dá outras providências</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-01, DE 31-3-2020</u> Altera o Regimento Geral dos Cursos de Graduação, baixado pela Deliberação Consu-A-011/1998</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL, DE 1º-4-2020</u> Suspende a execução das atividades de especial dificuldade que especifica</p> <p><u>ATO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, DE 1º-4-2020</u> Determina o contingenciamento e o corte de despesas no custeio da Defensoria Pública em razão da crise decorrente da pandemia do novo Coronavirus</p>

<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>04/04/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 213, DE 2020</u> Autoriza a criação da Linha de Crédito FEAP emergencial para os agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores artesanais, assentados, populações indígenas e quilombolas, suas cooperativas e associações, durante a vigência do Decreto nº 64.879 de 20 de março de 2020 que reconheceu em todo o Estado de São Paulo e estado de calamidade pública. DOE, Legislativo, 04/04/2020, p.4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 212, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo excepcionalmente neste cenário de calamidade pública, por intermédio do órgão de fomento do Estado de São Paulo a Desenvolve SP, a Financiar Folhas de Pagamentos com juros subsidiados aos municípios do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 04/04/2020, p.3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 211, DE 2020</u> Estabelece horário especial e exclusivo para o atendimento dos consumidores maiores de 60 (sessenta) anos nos locais em que especifica, enquanto durar os efeitos do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19. DOE, Legislativo, 04/04/2020, p.3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 210, DE 2020</u> Estabelece medidas de proteção a pessoas físicas e jurídicas frente ao estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19. DOE, Legislativo, 04/04/2020, p.3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 209, DE 2020</u> Estabelece penalidades para elevação injustificada de preços de insumos, produtos ou serviços utilizados no combate e prevenção à contaminação do novo coronavírus (COVID-19). DOE, Legislativo, 04/04/2020, p.3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 208, DE 2020</u> Dispõe sobre profissionais da segurança pública como policiais civis, militares, integrantes da Polícia Científica, bem como agentes penitenciários quando vítimas fatais do Covid-19 serão consideradas como se estiverem em efetivo serviço. DOE, Legislativo, 04/04/2020, p.3</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 14/2020 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19), classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e CONSIDERANDO a preocupação com a gestão pública em tempos de crise, de forma a garantir aos gestores municipais segurança para tomar as medidas necessárias para enfrentar os efeitos da epidemia sobre a</p>

	<p>população (...) DOE, Legislativo, 04/04/2020, p. 10</p>
<p>03/04/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 207, DE 2020</u> Dispõe sobre equipamento de proteção individual durante a pandemia do covid-19. DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 206, DE 2020</u> Dispões sobre isenção de pagamento de tarifas para profissionais que atuam na rede de atenção à saúde e no serviço funerário. DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 205, DE 2020</u> Estabelece a proibição de interrupção dos serviços de conexão à internet residencial, móvel e comercial durante o estado de calamidade pública decorrente do COVID-19 e dá outras providências. DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 204, DE 2020</u> Dispõe sobre o Plano Emergencial para Enfrentamento ao coronavírus nos territórios indígenas no Estado de São Paulo, assegurando a garantia de direitos sociais e territoriais, bem como com medidas específicas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da COVID-19 DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 203, DE 2020</u> Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do Estado de São Paulo para Infecção Humana pelo novo Coronavírus - Covid-19. DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 202, DE 2020</u> Dispõe sobre a isenção da cobrança de tarifa de pedágio aos veículos comerciais de carga, nas rodovias do Estado de São Paulo, durante a vigência do estado de calamidade pública DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 201, DE 2020</u> Estabelece medidas para profissionais de saúde durante o período de calamidade pública resultante da pandemia de COVID-19. DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 200, DE 2020</u> Torna obrigatória a realização de testes para a detecção do novo coronavírus, causador da COVID-19, e dá outras providências DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 199, DE 2020</u> Estabelece multa para quem divulgar por Meio Eletrônico Notícias Falsas/"FakeNews" sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 4</p>

	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO recomenda aos gestores e responsáveis pelo emprego de verbas públicas que, diante das anômalas e urgentes necessidades no combate ao Covid-19 e atendimento às pessoas, busquem redefinir sua programação e rotinas de gastos, especialmente os elegíveis, de molde a reservar e priorizar os recursos orçamentários para os setores de saúde e assistência social. Vale lembrar que o generalizado decréscimo da atividade econômica implicará em forte redução no ingresso dos tributos diretos e indiretos, por isso exigindo atenção, empenho, criatividade e, acima de tudo, solidariedade. O Tribunal de Contas do Estado conhece seus jurisdicionados e reconhece seu senso de responsabilidade que, mais que nunca, estará presente. São Paulo, 1º de abril de 2020. EDGARD CAMARGO RODRIGUES PRESIDENTE DOE, Legislativo, 03/04/2020, p. 10</p>
<p>02/04/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 198, DE 2020</u> Determina a isenção de cobranças por parte das concessionárias de serviços públicos das taxas de consumo dos estabelecimentos comerciais que menciona, enquanto perdurar a vigência do Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus - Covid-19. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 197, DE 2020</u> Institui programa de diretrizes de atenção às populações mais vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias, no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2020</u> Repasse dos valores de emendas impositivas para a área da saúde. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 195, DE 2020</u> Obriga o Estado a garantir a segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação durante a pandemia de coronavírus. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 194, DE 2020</u> Estabelece isenção de tarifas em razão da pandemia de coronavírus. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 193, DE 2020</u> Autoriza o Estado a adotar medidas emergenciais face à pandemia de COVID-19. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 192, DE 2020</u></p>

	<p>Institui a obrigatoriedade de preenchimento de formulário censitário para o levantamento de estatísticas sobre a população diagnosticada com moléstias decorrentes do vírus COVID-19. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 191, DE 2020</u> O Estado de São Paulo deverá implementar protocolos de prevenção e acolhimento aos casos de violência doméstica contra mulheres e crianças durante o estado de calamidade decretado em razão da pandemia do COVID-19. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2020</u> Dispõe sobre a transferência, ao Tesouro Estadual, de recursos do Fundo Especial de Despesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e sobre a destinação de recursos da verba de gabinete dos Parlamentares ao custeio de ações e serviços relacionados com os efeitos provocados pela pandemia do novo coronavírus (2019-nCoV), além de outras providências. DOE, Legislativo, 02/04/2020, p. 7</p>
<p>01/04/2020</p>	<p>DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.495, DE 31 DE MARÇO DE 2020</u> Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios do Estado. DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 190, DE 2020</u> Estabelece normas procedimentais para administração e destinação de valores oriundos da execução de penas judiciais ou medidas alternativas de prestação pecuniária e dá outras providências. DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 189, DE 2020</u> Modifica a Lei Estadual nº 10.935, de 19 de outubro de 2001 para ampliar a possibilidade de transferência voluntária de recursos do fundo especial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para outros entes da federação. DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 188, DE 2020</u> Altera a Lei nº 17.245, de 17 de janeiro de 2020, e declara redução de 50% na remuneração dos Deputados Estaduais, enquanto perdurar o estado de calamidade pública aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3/2020. DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 187, DE 2020</u> Altera a Lei nº 17.246, de 17 de janeiro de 2020, e declara redução de 50% na remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, enquanto perdurar o estado de calamidade pública aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3/2020. DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7</p>

PROJETO DE LEI Nº 186, DE 2020

Modifica a [Lei Estadual nº 8.876, de 02 de setembro de 1994](#) para ampliar a possibilidade de transferência voluntária de recursos do Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para outros entes da federação.

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 185, DE 2020

Cria o Programa Emergencial de Testagem para o COVID19 em Modalidade "*drive thru*" e dá outras providências

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 184, DE 2020

Proíbe que planos e operadoras de saúde no Estado de São Paulo recusem prestação de serviços a pessoas contaminadas pelo covid-19 em razão de prazo de carência de contratos.

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 183, DE 2020

Institui a limitação aos gastos com comunicação em órgãos públicos em situações de pandemia.

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 182, DE 2020

Modifica a [Lei Estadual nº 10.332, de 21 de julho de 1999](#) para ampliar a possibilidade de transferência voluntária de recursos do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo para outros entes da federação.

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 181, DE 2020

Modifica o [Decreto Estadual nº 61.904, de 01 de abril de 2016](#) para ampliar a possibilidade de transferência voluntária de recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo para outros entes da federação.

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 180, DE 2020

Modifica a [Lei Estadual nº 12.793, de 04 de janeiro de 2008](#) para ampliar a possibilidade de transferência voluntária de recursos do Fundo Especial de Despesa da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para outros entes da federação.

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 179, DE 2020

Modifica a [Lei Estadual nº 11.077, de 20 de março de 2002](#) para ampliar a possibilidade de transferência voluntária de recursos do Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para outros entes da federação

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 178, DE 2020

Suspende a cobrança de tarifas de pedágio nas rodovias do Estado de São Paulo pelo período de vigência dos Decretos [64.881, de 22 de março de 2020](#); e [64.879, de 20 de março de 2020](#)

[DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 177, DE 2020

	<p>Dispõe acerca de medidas emergenciais, no Estado de São Paulo, de combate ao novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a doença denominada COVID-19, e de reestruturação econômica DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 176, DE 2020</u> Dispõe acerca da vedação às concessionárias de serviço público aumentar e, não menos importante, suspender o fornecimento de água, energia, gás e transporte coletivo, durante o Plano de Contingência do Estado-Membro local, assim como estado de calamidade pública reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 175, DE 2020</u> Cria o Plano Emergencial para Enfrentamento ao COVID-19 em áreas vulneráveis e assegura a garantia ao acesso à água e distribuição de kits de higiene com insumos básicos necessários à manutenção das condições de higiene e de saúde necessários à prevenção do contágio e da disseminação do coronavírus (Covid-19) DOE, Legislativo, 01/04/2020, p. 4</p>
<p>31/03/2020</p>	<p>DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.494, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Município de São Paulo. DOE, Legislativo, 31/03/2020, p. 4</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.493, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 31/03/2020, p. 4</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 961, DE 2019</u> Mensagem A-nº 010/2020 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura dispõe sobre a criação do programa da Polícia Militar "Patrulha Maria da Penha", "que representa um conjunto de ações integradas para ajudar no acompanhamento da execução de medidas protetivas para mulheres vítimas de violência doméstica" (artigo 1º). (...) DOE, Legislativo, 31/03/2020, p. 5</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 538, DE 2018</u> Mensagem A-nº 009/2020 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura veda, no âmbito do Estado de São Paulo, a "divulgação ou compartilhamento de notícia ou informação sabidamente falsa, prejudicialmente incompleta, que altere, corrompa ou distorça a verdade, em detrimento de pessoa física ou jurídica, que afete interesse público relevante ou que vise à obtenção de vantagem de qualquer natureza" (artigo 1º), estabelece as hipóteses excludentes de ilicitude administrativa</p>

	<p>(artigo 2º) e caracteriza o agente infrator (artigo 4º). (...) DOE, Legislativo, 31/03/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 174, DE 2020</u> Mensagem A-nº 011/2020 do Senhor Governador do Estado (...) Autoriza a transferência à Conta Única do Tesouro Estadual de saldos positivos de fundos especiais de despesa, nos termos que especifica. (...) DOE, Legislativo, 31/03/2020, p. 5</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 06/2020 Dispõe sobre a tramitação de processos que tratam das contas anuais das administrações financeiras dos municípios e dos pedidos de reexames apresentados em face dos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, no uso de suas atribuições CONSIDERANDO os prazos estabelecidos no art. 24 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 c/c art. 195, § 1º do Regimento Interno, para emissão de parecer prévio sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, e no art. 164 do Regimento Interno, para apreciação dos pedidos de reexame; Art. 1º Restabelecer a tramitação, nas dependências internas, dos processos de contas anuais de Prefeitos, bem como dos feitos que tratem de respectivos pedidos de reexame. Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. São Paulo, 30 de março de 2020. EDGARD CAMARGO RODRIGUES PRESIDENTE DOE, Legislativo, 31/03/2020, p. 20</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>03/04/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 59.326, DE 2 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece medidas para redução do impacto social e econômico decorrente das providências de restrição adotadas para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus.</p>
<p>02/04/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 59.321, DE 1º DE ABRIL DE 2020</u> Regulamenta a Lei nº 17.335, de 27 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização de medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, finanças públicas e outras medidas em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes do coronavírus, no</p>

	âmbito do Município de São Paulo.
31/03/2020	<u>LEI Nº 17.336, DE 30 DE MARÇO DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 387/18, DO VEREADOR CAMILO CRISTÓFARO – PSB) Dispõe sobre a obrigatoriedade da previsão de solução para carregamento de veículos elétricos em edifícios (condomínios) residenciais e comerciais, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107